



Indústria nacional pode ter ajuda para poupar energia

Recursos destinados pelas empresas de distribuição de eletricidade a programas de economia de energia devem ser aplicados de forma prioritária em iniciativas da indústria nacional, segundo proposta aprovada ontem

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Lúcia Vânia durante votação, na CI, de projeto que prioriza indústria nacional em programas de eficiência energética

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem, em caráter terminativo (só vai ao Plenário se houver recurso), projeto da senadora Ana Amélia que prioriza iniciativas da indústria nacional para desenvolver programas de eficiência energética. Atualmente, a legislação estimula investimentos nacionais apenas no setor de pesquisa e desenvolvimento. **7**

Eletrodoméstico deverá sair de fábrica com sistema *bivolt* 7

Merenda escolar poderá priorizar alimento produzido por mulheres 5

Crédito a produtor rural com menos burocracia 5

Belo Monte pode ser exemplo para obras de usinas na Amazônia

O monitoramento constante das obras de construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, poderá permitir a redução de erros em futuras obras de usinas na Amazônia, na opinião de técnicos que participaram de audiência ontem. **4**

Acidentes matam anualmente 3 mil trabalhadores, diz sindicalista

O governo não tem investido na prevenção de acidentes laborais, que custam R\$ 32 bilhões por ano aos cofres públicos, alertou o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores em audiência na Comissão de Direitos Humanos. **6**



Janete de Araújo/Agência Senado

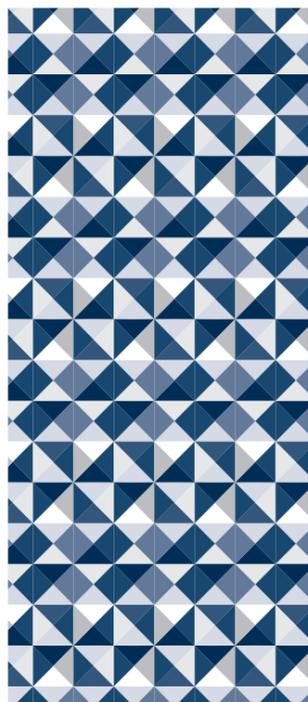
Maia (E), Sarney e parlamentares celebram acordo entre Câmara e Senado para levar TV digital a todos os estados

Para educadora, escola precisa ensinar mudanças climáticas 5

Sinal digital para TVs legislativas

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia, assinaram ontem acordo de cooperação para a implantação de canais de TV digital

em 22 capitais do país, em parceria com as assembleias legislativas dos estados. O documento prevê o compartilhamento dos transmissores digitais instalados. **2**



Comissão de Reforma do Código Penal

Audiência Pública

Tema: dos crimes contra a administração pública

Conheça o projeto em discussão, participe, use a palavra, dê sugestões. Cadastre-se pelo endereço: www.senado.gov.br ou ligue: (61) 3303-3490

Dia 23 de março de 2012, às 9h
Sala de Sessões Plenárias | Térreo do Tribunal Superior do Trabalho | Brasília



Cada Casa implantará estações em 11 capitais até 2013, compartilhando os transmissores para reduzir os custos da expansão da rede

Senado e Câmara fazem parceria para TV digital em todo o país

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia, assinaram ontem acordo de cooperação para a implantação de canais de TV digital nos estados, em regime de parceria. O documento prevê o compartilhamento dos transmissores digitais instalados. O objetivo é reduzir os custos dos projetos de expansão das emissoras.

Nesta primeira etapa de vigência do acordo de cooperação, as duas Casas comprometem-se a implantar, por meio de convênios com assembleias legislativas dos estados, estações da TV Senado e da TV Câmara em 11 capitais cada uma, o que deve acontecer entre 2012 e 2013.

Como a tecnologia da TV digital permite transmitir até quatro subcanais ou programações diferentes em um mesmo canal, além de ceder um deles para as assembleias, o acordo prevê que, onde uma das Casas implantar a sua estação de transmissão de televisão digital, cederá à outra, sem ônus, uma faixa de programação ou subcanalização.

Ao Senado, caberá implantar as estações de transmissão de televisão digital em Belém, São Luís, João Pessoa, Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro, Curitiba, Macapá, Manaus, Boa Vista e Teresina. A Câmara se responsabilizará por São Paulo (já em operação), Porto Alegre, Fortaleza, Belo

Horizonte, Salvador, Florianópolis, Cuiabá, Vitória, Palmas, Goiânia e Recife.

A Casa que assumir a responsabilidade de uma estação encarrega-se de fornecer os equipamentos de transmissão, utiliza o seu canal digital e cede o subcanal para a outra Casa. Conforme o Ato 12/11 da Comissão Diretora do Senado, não sendo possível estabelecer parcerias com as assembleias

legislativas na montagem da rede de TV digital, o Senado poderá buscar compartilhar o projeto da estação naquela capital com outra entidade pública.

Somente quando não encontrar parcerias que permitam expandir a rede sem ônus para o Senado, que já assume o custo dos equipamentos, é que os locais de transmissão serão contratados por licitação.



Sarney, presidente do Senado, e Marco Maia, da Câmara, assinam acordo



Estacionamentos do Senado na N2 serão interligados

Nesta segunda, os estacionamentos do Senado que têm acesso pela via N2 (a rua dos anexos) serão alterados.

Será possível transitar entre a Gráfica e a Secretaria de Assistência Médica e Social. Haverá ligação entre os dois estacionamentos, que hoje são separados.

Para a efetivação das mudanças, haverá período de transição de 90 dias, quando os cartões de acesso aos estacionamentos comuns serão recolhidos.

Também haverá alterações no controle de pedestres.

As medidas visam atender à demanda dos servidores pela consolidação dos acessos aos espaços comuns da Casa, aumentar a segurança dos servidores e do patrimônio, racionalizar o trânsito de automóveis e pedestres e preparar o local para o provável aumento no fluxo com a inauguração da praça de alimentação do servidor, que ocorrerá em breve.

Nos estacionamentos privativos (garagem coberta, comissões, Ala Filinto Müller, anexo 1 e taquigrafia), permanecerá a exigência de uso dos cartões específicos.

Leia a nota da Diretoria-Geral em <http://bit.ly/estacionamentos>.

Ministro assinou autorizações para novos canais

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assinou no início do mês portarias que ampliam a transmissão da TV Senado em sinal digital aberto. Inicialmente, as autorizações abrangem 19 capitais. Também foi autorizada a multiprogramação, na qual o canal se subdivide para

compartilhamento.

Na quarta-feira, Paulo Bernardo autorizou a operação de 59 novos canais digitais pela TV Câmara, que poderá transmitir sua programação em sinal digital aberto e gratuito em cidades dos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

A TV Senado, no ar desde

1996, pode ser assistida em todo o país por meio de TV por assinatura, antenas parabólicas e internet, com até oito canais simultâneos de programação.

A transmissão em sinal aberto digital já é feita em Brasília, com quatro canais sempre que há eventos simultâneos

nas comissões e no Plenário, e em São Paulo, por meio de subcanalização cedida pela TV Câmara.

O sinal analógico pode ser captado em Brasília, Cuiabá, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro (Zona Oeste), Salvador e São Paulo.

Correção

Diferentemente do informado ontem pelo **Jornal do Senado**, Laucides Oliveira foi pioneiro do jornalismo de Roraima, e não de Rondônia. Laucides foi homenageado em discurso pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

TV aumenta poder do cidadão, diz Sarney

A TV Senado aumenta o poder fiscalizador da população, afirmou José Sarney durante a assinatura do acordo de cooperação com a Câmara. O senador disse que o veículo permite ao cidadão acompanhar as atividades da Casa e fazer sugestões e críticas aos senadores.

— A implantação da TV no Senado e na Câmara constitui talvez o maior meio de expressão da cidadania, ao permitir aos brasileiros acompanhar a transparência dos trabalhos legislativos. O povo pode acompanhar as decisões, podendo

opinar, apoiar, ou até mesmo censurar.

No mesmo tom, Marco Maia ressaltou que os veículos de comunicação do Congresso contribuem com a participação do cidadão no processo legislativo.

— Muitas têm sido as iniciativas dos últimos anos para levar ao cidadão um pouco do que é debatido e produzido no Congresso Nacional.

A assembleia ou entidade pública que entrar como parceira deverá, em retribuição ao uso do equipamento de transmissão e do canal, assumir a despesa de insta-

lação, o custeio e a guarda da estação.

A cerimônia de assinatura ocorreu no gabinete da Presidência do Senado e foi acompanhada pelo senador Lauro Antônio (PR-SE) e pelos deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, o diretor-geral da Câmara, Rogério Ventura, a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, o secretário de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, e a diretora da TV Senado, Leila Daher, também compareceram.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão de hoje é destinada a discursos de senadores. Entre os oradores inscritos, Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Eunício se diz otimista sobre índice de dívidas dos estados

Ao comentar a exposição que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez esta semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a economia nacional, Eunício Oliveira (PMDB-CE) considerou as declarações “auspiciosas para o Nordeste”, especialmente para o Ceará.

— É bom notar que o ministro se mostrou extremamente favorável à troca do índice que corrige as dívidas de estados e municípios, uma vez que as condições atuais impõem muitas dificuldades — afirmou o senador.

Para ele, medidas defendidas por Mantega para manter a taxa de câmbio em nível que alivie a indústria nacional serão fundamentais para recuperar a competitividade no Nordeste. O setor, afirmou, recuperará espaços e ampliará sua participação efetiva na economia regional impactando positivamente a competitividade do país.

O senador acredita que, para que o Brasil se saia bem na disputa por mercados, será necessário aumentar a



Senador gostou das opiniões de Mantega em audiência no Senado

capacidade de inovação da indústria e os investimentos em infraestrutura, industrialização e no mercado de consumo regional.

Eunício alertou para a necessidade de reformulação do pacto federativo. Em sua opinião, no caso do ICMS, o mais adequado seria que este tributo tivesse o recolhimento no destino e não na origem, como se dá atualmente, com poucas exceções. Ele defendeu a unificação das alíquotas do ICMS em todo o país. Para o senador, essa questão — que deverá ser tratada já na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça — precisa ser resolvida “com urgência, para o bem de nossa Federação”.

Lopes: royalties não recuperam a perda do ICMS

Os interesses dos estados produtores de petróleo foram defendidos ontem por Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador lembrou que o Rio de Janeiro passou a receber royalties por danos ambientais como compensação, pois a Constituição federal de 1988 retirou o que o estado recebia de ICMS, que passou a ser cobrado no destino. Segundo o senador, os royalties não são capazes de recuperar as perdas do ICMS do petróleo, que até 2020 serão de R\$ 125 bilhões.

— São mais de 1,3 milhão de barris de óleo equivalente que saem do Rio para gerar imposto em São Paulo, principalmente. Enquanto isso, os automóveis fabricados



Eduardo Lopes defende os estados produtores de petróleo

em São Paulo, quando são vendidos no Rio, o imposto fica lá, no estado de origem — afirmou o senador.

Lopes pediu novo debate do Congresso sobre o assunto ao lembrar que o ex-presidente Lula já havia vetado a chamada Emenda Ibsen, por prejudicar os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Ano passado, o Senado aprovou substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto de lei 448/11, de Wellington Dias (PT-PI).

Novo líder do governo no Senado, Eduardo Braga disse ontem que vai se reunir com liderança do partido para que posição seja reavaliada. Ele defendeu maior aproximação do governo com a Casa

Surpreso com saída do PR da base, Braga quer diálogo

A DECISÃO DO PR de deixar a base do governo surpreendeu o novo líder governista no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). Em declarações à imprensa ontem, ele disse que voltará a se reunir com a liderança do partido para que a posição seja reavaliada.

— Nós não entendemos a posição do PR no dia de ontem [quarta-feira], até porque havia um fato novo: um novo líder assumiu as negociações e as tratativas estão reiniciando com uma nova interlocução com o governo. O líder do PR tinha conhecimento disso. No fim da tarde, fomos surpreendidos com essa posição. É necessário, neste momento, que o PR faça uma reavaliação para que possamos retomar qualquer tipo de diálogo — disse o senador.

O líder do PR no Senado, Blairo Maggi (PR-MT), afirmou que “se cansou” das negociações para indicar



Senador diz buscar convergência de interesses políticos

um ministro ao governo. O partido tem sete senadores.

Na quarta-feira, Eduardo Braga explicou que pretende promover convergência de interesses políticos para assegurar a maioria de votos na Casa e garantir a aprovação de projetos do governo.

Mais interlocução

Braga defendeu a interlocução ampliada do governo com o Senado. Ele pretende trazer ministros para discutir programas e alterações propostas por meio de emendas parlamentares. A sucessão

do peemedebista José Sarney na presidência do Senado também foi lembrada.

— Buscamos união e consolidar o PMDB como o partido majoritário no Senado, chegando unido para votar sobre matérias importantes, fazendo, se Deus quiser, o sucessor de Sarney com absoluta tranquilidade

e segurança, mantendo a governabilidade e a estabilidade — afirmou o parlamentar.

O ex-líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) concordou que é preciso trabalhar para recuperar a unidade da base.

— Vamos trabalhar para unir o PMDB. Vamos trabalhar para unir a base, diminuir e estancar o descontentamento. O governo sabe que é preciso chegar perto, fazer política. Os ministros precisam atender os senadores, retornar as ligações. Os pleitos dos estados precisam ser encaminhados — assinalou o senador.

PDT não precisa de cargos para apoiar governo, diz Gurgacz

O líder do PDT no Senado, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou ontem que o apoio do partido ao governo não depende da nomeação de um ministro. O pronunciamento veio após notícias de que o partido estaria indicando e vetando nomes para ocupar o cargo de ministro do Trabalho.

— Não precisamos estar no ministério para apoiar a nossa presidenta. Queremos deixar a nossa presidenta muito à vontade para que escolha quem ela entender útil para o seu governo, para estar em qualquer um dos seus ministérios — disse.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse desejar que o partido não tivesse ministro no governo. Para ele, “ministério atrela o partido ao governo. Nós podemos ser da base de apoio sem atrelamento”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MP que tranca a pauta deve ser analisada na quarta-feira

As votações de projetos de lei no Plenário do Senado continuam suspensas. O projeto que institui a Política Nacional de Defesa Civil e trata do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil tranca a pauta desde a segunda-feira.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/12 é proveniente da Medida Provisória (MP) 547/11 e também autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. O relatório do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) já foi entregue. Conforme acordo de lideranças, a matéria será examinada na quarta-feira.

A sessão de ontem marcou a terceira rodada de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/11. De autoria de José Sarney (PMDB-AP), a PEC limita as coligações partidárias às eleições majoritárias.

Tribunais de contas pedem conselho nacional

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Eles pediram apoio à proposta de emenda à Constituição que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (PEC 28/07).

A PEC, apresentada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) quando era deputado, está em tramitação na Câmara. Se aprovada lá, será

encaminhada ao Senado.

Conforme o presidente da Atricon, Antônio Joaquim Rodrigues, a proposta é apoiada

pela maior parte dos representantes de instituições envolvidas com o controle externo no setor público.



Sarney recebe representantes da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil

Casildo saúda Ayres Britto, novo presidente do Supremo

A escolha do ministro Carlos Ayres Britto para suceder Cezar Peluso na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu cumprimentos de Casildo Maldaner (PMDB-SC), ontem. Ayres Britto assume o cargo em 19 de abril.

O senador salientou que o Judiciário vem crescendo em importância nos últimos



anos, com a judicialização de temas significativos. Ele observou que questões políticas e sociais levaram o STF a se posicionar, na condição de instância final de decisão para

os litígios. O parlamentar avalia que a judicialização ocorre quando as leis existentes ou a velocidade do Parlamento não são suficientes para atender aos anseios da sociedade.

Monitoramento da construção de hidrelétrica no Pará pode reduzir erros em futuras usinas a serem erguidas na Amazônia, disseram técnicos, ontem, em audiência

Belo Monte deve ser exemplo para novas obras

O MONITORAMENTO CONSTANTE das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, poderá permitir que se reduzam erros em futuras hidrelétricas a serem erguidas na Amazônia, na opinião de técnicos que participaram de audiência pública sobre o tema, ontem, na Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras de Belo Monte, vinculada à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Para o consultor legislativo do Senado Ivan Dutra, seria importante que a subcomissão tivesse acesso a dados sobre o funcionamento de usinas já construídas na Amazônia. Quando da construção da Usina de Tucuruí (PA), recordou, dizia-se que a retenção das águas do rio Tocantins salinizaria a água utilizada em Belém e que haveria corrosão

das turbinas por causa do apodrecimento da madeira sob o lago da usina.

— Muitas das profecias não foram cumpridas. Nós precisamos implantar uma cultura de continuar monitorando no pós-

licenciamento — defendeu. Outro caso a ser analisado, disse, é o de Balbina (AM). Segundo Dutra, a análise depois do licenciamento serviria de referência para futuras obras, e novas usinas serão erguidas em regiões próximas a Belo Monte, como no rio Tapajós.

O coordenador-geral de Infraestrutura e de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos



Carlos Nascimento (Norte Energia), Adriano Queiroz (Ibama), Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Nícias Ribeiro (governo do Pará) e Ivan Dutra (consultor)

Naturais Renováveis (Ibama), Adriano Rafael Queiroz, afirmou que dez técnicos do órgão estão dedicados exclusivamente ao acompanhamento de Belo Monte.

Um dos principais focos do monitoramento refere-se ao cumprimento, pelo consórcio construtor, das condicionantes ambientais (restrições impostas pelo Ibama e outros órgãos). Adriano informou que já estão sendo construídos na região vários postos de saúde e as primeiras escolas destinadas a atender à nova demanda.

— Queremos que Belo Monte seja um exemplo de como deve ser implantada uma obra na Amazônia, pois há outras pela frente — disse.

O diretor-presidente do Consórcio Norte Energia, Carlos Nascimento, ressaltou a eficiência de usinas já construídas no Brasil, como Itaipu, que produz mais energia do que a Usina de Três Gargantas, na China, apesar de ter apenas metade da potência instalada

na usina chinesa. Ele recordou que os estados do centro-sul brasileiro já ergueram suas hidrelétricas, restando ao país agora o potencial da Amazônia.

— Aproveitamos somente um terço do potencial do país. Agora, temos os grandes rios na Amazônia. Com o debate sobre o aquecimento do planeta, construímos uma legislação de ponta no mundo, que protege quase metade da Amazônia. Chegou a hora de aproveitar a energia da Amazônia em benefício do desenvolvimento do país — defendeu Nascimento.

A construção da usina também foi defendida pelo secretário extraordinário para Assuntos de Energia do Pará, Nícias Ribeiro.

— Para que o Brasil se desenvolva, precisa de energia elétrica farta, abundante e firme, que só pode ser obtida por meio de usinas hidrelétricas ou termelétricas — disse.

Ele recordou ainda que Belo Monte inundará pouco mais de 500 quilômetros quadrados, contra 2.430 de Tucuruí, construída na década de 1980, quando ainda não havia tanta preocupação ambiental.

Senadores querem preparar região para futuras usinas

O Pará deverá ser o maior produtor de energia do país na próxima década, disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da subcomissão. O senador afirmou que sua maior preocupação é com o cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas por ocasião da licença de implantação do projeto. E o Pará precisa, a seu ver, de ação prévia do governo federal de preparação para as obras das futuras hidrelétricas na região, como a construção de hospitais.

— Vamos trabalhar em conjunto e acelerar as ações mitigadoras dos impactos provocados pelas obras.

O relator da subcomissão, Delcídio do Amaral (PT-MS), ressaltou que Belo Monte é “obra complexa”, que vai beneficiar toda a população de Altamira (PA) com rede de saneamento e movimentar 160 milhões de metros cúbicos de terra e rocha, quase o mesmo que a construção do Canal do Panamá.

Ivo Cassol (PP-RO), vice-

presidente da subcomissão, afirmou que Belo Monte será a usina “com o menor impacto ambiental no planeta”. Alertou, porém, para a necessidade de autorização para a retirada de madeira na área a ser inundada, antes do início efetivo das obras.

— Vamos aproveitar essa madeira, para que não se cometa o mesmo erro que houve em Santo Antônio e Jirau, em Rondônia — sugeriu.

Flexa Ribeiro questionou o presidente do Norte Energia sobre informação, publicada na *Folha de S. Paulo*, de que o número de pessoas a serem deslocadas pela obra passará de 9 mil para 25 mil, em função do aumento da cota de nível. Carlos Nascimento respondeu que já solicitou estudo técnico no consórcio e que, aparentemente, os dados sobre altimetria utilizados pela Universidade Federal do Pará, citados pelo jornal, são diferentes dos usados pelo IBGE. Ele se comprometeu a apresentar os resultados assim que o estudo for concluído.

Suplicy lê carta em defesa de sítio arqueológico



Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta que recebeu da pesquisadora Niède Guidon, pedindo ação do governo federal pela conservação do Parque Nacional da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí.

A pesquisadora reivindica audiência com a presidente Dilma Rousseff para explicar a situação do parque, Patrimônio Cultural da Humanidade, onde há a maior concentração de pintura rupestres do Brasil e indícios que por ali, há cerca de 130 mil anos, entrou o primeiro homem das Américas.

Criado em 1979, o parque esteve abandonado por dez anos, afirma Niède. Como não conta com orçamento fixo, a caça, o desmatamento e a exploração de calcário culminaram na quase devastação da fauna e flora e na depredação de sítios arqueológicos históricos. A pesquisadora, disse Suplicy, há 30 anos trabalha para a manutenção do local e lá criou moderno museu de pesquisas arqueológicas, mas agora, com 80 anos, teme que o parque seja novamente abandonado e depredado.

Vanessa pede investigação sobre terras indígenas



A investigação da denúncia de que há índios vendendo o direito de uso de suas terras na Amazônia a empresas estrangeiras foi solicitada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora encaminhou representação ao Ministério Público Federal, para que apure reportagem sobre o tema publicada em *O Estado de S. Paulo*. Também cobrou que o Senado debata e acompanhe o caso.

Segundo o jornal, índios mundurucu venderam à irlandesa Celestial Green Ventures, líder no mercado de créditos de carbono, os direitos sobre área indígena de floresta em Jacareacanga (PA). O contrato ilegal, de US\$ 120 milhões e 30 anos de duração, garante à empresa “benefícios” sobre a biodiversidade e acesso irrestrito ao território. Vanessa afirmou que a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Funai confirmaram que investigam 35 contratos de etnias indígenas em vários estados.

Ela também registrou a morte da diretora da União Brasileira das Mulheres, Conceição Varela, do PCdoB.

Jayme Campos: Congresso deve discutir demarcações



Propostas que transferem ao Congresso a atribuição de debater a demarcação de terras indígenas foram defendidas por Jayme Campos (DEM-MT). Para o senador, a questão é delicada por envolver direitos humanos, segurança jurídica, ordenamento federativo, soberania e segurança nacional, e não pode ser responsabilidade só do Executivo.

Jayme ressaltou duas propostas com esse objetivo: a PEC 215/00, pronta para votação na CCJ da Câmara dos Deputados, e a PEC 38/99, que aguarda inclusão na ordem do dia do Senado.

O parlamentar também protestou contra a “insistência” do Executivo em desrespeitar decisão do Supremo Tribunal Federal que vedou a ampliação de terras já demarcadas. Segundo Jayme, em seu estado, produtores rurais e prefeituras têm recorrido a ações judiciais para garantir o cumprimento da decisão. Ele ainda cobrou a publicação de ato do Ministério da Justiça estabelecendo procedimento padrão para todas as demarcações.



Segundo Ana Amélia (2ª à esq.), projeto aprovado na CRA não terá impacto orçamentário

Alimento produzido por mulheres pode ter prioridade em merenda

A produção das mulheres da agricultura familiar poderá ter prioridade nas compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É o que determina proposta aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que segue agora para exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Pelo menos 30% dos alimentos comprados pelo Pnae já são adquiridos junto à agricultura familiar, tendo prioridade produtos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Com a proposta (PLS 680/11), Ana Rita (PT-ES)

quer incluir grupos formais e informais de mulheres entre os segmentos prioritários.

O projeto, que altera a lei que criou o Pnae (Lei 11.947/09), determina que pelo menos metade do que for comprado da família rural seja efetuado em nome da mulher.

Em voto favorável, Ana Amélia (PP-RS) disse que a proposta se integra às políticas de valorização da mulher implantadas por conta do papel que ela tem na manutenção da família. A relatora afirmou que o projeto não trará impacto orçamentário, já que a parcela de compras da agricultura familiar está prevista no Pnae.

Projeto diminui burocracia no crédito para produtor rural

Os produtores rurais podem ser dispensados de apresentar certidões que comprovem a quitação de tributos e contribuições federais como requisito para obtenção de crédito em bancos oficiais. Projeto de Acir Gurgacz (PDT-RO) com esse objetivo foi aprovado ontem na CRA. A matéria segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação final.

O autor da proposta (PLS 732/11) explica que são muitas as exigências para concessão de crédito rural, como apresentação de comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), de Certificado de Regularidade do FGTS e de certidão negativa de débito no INSS, entre outras, a depender da fonte de financiamento e do programa, segundo Gurgacz.

O senador lembra que, atualmente, apenas pequenos produtores e agricultores familiares estão dispensados do cumprimento de algumas dessas exigências, “ficando os demais obrigados a buscar na Receita Federal, na Caixa Econômica Federal e nas agências da Previdência Social as certidões necessárias”.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), concordou com Gurgacz que não há razão para esse tratamento diferenciado entre os produtores rurais e manifestou apoio ao projeto, em seu voto favorável.

Comissão de Agricultura quer ouvir novo ministro

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovaram ontem requerimento de Acir Gurgacz (PDT-RO) convidando o novo titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para participar de audiência pública na comissão.

O ministro tomou posse na última quarta-feira em substituição a Afonso Florence, que ocupava a pasta desde o início do governo de Dilma Rousseff. Os senadores querem conhecer as estratégias de Pepe para o desenvolvimento agrário e avaliar ações do Programa Terra Legal Amazônia, de regularização fundiária. A audiência está prevista para a próxima quinta-feira, mas depende da confirmação do ministro.

Acir Gurgacz também é autor de outro requerimento aprovado para debater sobre os resultados de análises feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontando níveis irregulares de agrotóxicos em 28% dos vegetais comercializados no país.

Os senadores querem saber quais os procedimentos adotados em casos de risco à saúde da população e as medidas para a criação de registro único de agrotóxicos. Além de técnicos da Anvisa, serão convidados representantes dos ministérios da Agricultura, da Saúde, do Meio Ambiente e da Fiocruz, entre outros.

A CRA aprovou ainda requerimento de Antonio Russo (PR-MS) para seminário, em Campo Grande, sobre programas governamentais para recuperação de terras degradadas e reflorestamento. A data para realização do seminário ainda será marcada pela comissão.

Em audiência, convidados disseram que a escola precisa incluir o aquecimento global na grade curricular, a fim de que os alunos aprendam a proteger o planeta

População desconhece mudanças climáticas, afirmam especialistas

A AUDIÊNCIA PÚBLICA da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizada ontem reuniu especialistas que trataram das estratégias para disseminar o conhecimento sobre problemas ambientais.

André Lima, assessor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), ressaltou a necessidade de levar a discussão das mudanças climáticas ao dia a dia da população. Na avaliação dele, o debate sobre o Código Florestal foi um passo importante.

A redução de emissões de gás carbônico é um grande desafio que, conforme argumentou, precisa ser enfrentado e compreendido pelo cidadão comum.

Lima salientou que o desmatamento agrava a posição do Brasil entre os países que mais emitem gases do efeito estufa, mas afirmou que a legislação ambiental

só será efetiva se abranger todos os setores da economia e da sociedade.

A proposta do Código Florestal, as limitações à demarcação de terras indígenas e a redução nos poderes do Ibama, no seu ponto de vista, são retrocessos no governo Dilma Rousseff.

Sandra Zita Silva Tiné, subsecretária de Educação Básica do Distrito Federal, espera que a Rio+20 gere propostas para formação de consciência ambiental na sociedade.

Para ela, é necessário que as escolas traduzam o que as mudanças climáticas representam no dia a dia, de forma a criar sentimento de responsabilidade no cidadão. Da mesma forma, deve ser mostrado que as ações locais têm efeitos globais. Ela observou a desconexão entre as disciplinas e a temática do clima, afirmando que a escola deve vencer essa barreira.



Nelito Dornelas, Joe Valle, Cristovam Buarque, Sandra Zita Silva Tiné e André Lima na audiência

Deputado alerta para níveis de poluição no Distrito Federal

O deputado distrital Joe Valle chamou a atenção para a poluição em Brasília, agravada nos períodos de seca, e condenou os padrões insustentáveis de consumo no Distrito Federal — o que, na sua avaliação, acabará se refletindo em crise no abastecimento de água e no tratamento de resíduos sólidos.

Valle descreveu o trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara Legislativa, que visa à educação do cidadão e à elaboração de leis que conduzam mais à prevenção do que à punição.

O deputado sugeriu a criação de inventário de emissões de gases do efeito estufa no Distrito Federal para

orientar medidas que levarão ao controle da poluição. Para ele, a Copa de 2014 poderá servir para o DF mostrar a viabilidade da agricultura orgânica.

Para o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Nelito Dornelas, a Humanidade vive momento crucial, em que a vida no planeta corre risco.

Para o religioso, diante da magnitude do desafio ambiental, qualquer iniciativa de enfrentamento é louvável e positiva.

— O homem foi feito para ser guardião da natureza, mas vive um modelo destruidor das matrizes da vida — afirmou.

Senador celebra os 27 anos do Diário do Amazonas

Alfredo Nascimento (PR-AM) comemorou o aniversário de 27 anos de fundação do jornal *Diário do Amazonas*, que deu início à formação de um dos maiores grupos de comunicação da região Norte do país, a Rede Diário de Comunicação.

De acordo com o senador, desde sua fundação o jornal adotou viés



claramente popular, dedicando-se a acompanhar o cotidiano de Manaus.

— No ano passado, o *Diário* inovou mais uma vez, apostando no formato *berliner*, um tamanho menor e

mais confortável para ler e guardar, que vem conquistando a preferência do leitor amazonense, mantendo-se na dianteira do mercado — disse.

Comissão de Direitos Humanos reúne representantes de empregados e de empresa para discutir a segurança dos trabalhadores



Senador Paulo Paim (C) anuncia na audiência que a comissão planeja para abril seminário nacional sobre o tema

A cada ano há 3 mil mortes no trabalho, diz sindicalista

QUASE 3 MIL pessoas morrem por ano em acidentes de trabalho no Brasil e a maior parte das vítimas são jovens entre 25 e 29 anos. O alerta é do coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, que ontem participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a segurança dos trabalhadores brasileiros.

— Acidentes laborais custam R\$ 32 bilhões por ano aos cofres públicos. A prevenção ainda é a forma mais importante para evitar prejuízos, mas o governo não tem investido — lamentou o sindicalista.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), anunciou que a comissão planeja para abril seminário nacional sobre o assunto. Segundo ele, o *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho* do Ministério da Previdência Social registra

média de quase 2 mil acidentes de trabalho por dia: em 2010, ocorreram 701 mil; em 2009, foram 733 mil; e em 2008, 755 mil.

As estatísticas são subestimadas, disse o representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Luiz Antônio Festino. Ele explicou que muitos casos não chegam ao conhecimento dos ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência Social.

Os sindicalistas concordaram que os acidentes não podem ser explicados como fatalidade, mas sim como resultado de falhas de gestão.

— É uma calamidade: a cada hora morre um trabalhador — criticou Luiz Carlos Prates, da central sindical Conlutas.

Para Luis Carlos de Oliveira, da Força Sindical, nunca devem ser poupados esforços para mapear riscos. Ele disse que

algumas atividades necessitam de jornadas reduzidas, mas as empresas resistem.

Dary Beck Filho, da CUT, lamentou que os acidentes sejam subnotificados e observou que os motoboys entram nas estatísticas como vítimas de acidentes de trânsito. O representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Adir de Souza, criticou a reduzida atenção do governo em prevenção. Representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação (Contac), Vanderlei Sartori denunciou demissões de dirigentes sindicais que apontam precariedade.

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que a CDH encaminhe ofício à empresa Seara, em Santa Catarina, reforçando os direitos da funcionária Zeli Pereira Machado, que teve a mão decepada durante o trabalho.

Representante de frigorífico vê “fatalidade”

Na audiência, o diretor de Tecnologia e Sustentabilidade do grupo empresarial Marfrig, Clever Pirola Ávila, considerou uma fatalidade a morte de quatro funcionários em curtume da empresa em Bataguassu (MS). Curtume é o local onde se processa o couro cru.

A tragédia aconteceu em 31 de janeiro, quando um gás invadiu o interior do curtume e intoxicou os trabalhadores. O curtume está fechado e ainda sob investigação da polícia.

O grupo Marfrig tem 85 mil funcionários em 22 países. De acordo com Ávila, o grupo investe anualmente R\$ 22 milhões em segurança.

— Temos que aprender com a fatalidade — afirmou.

Paim lamentou o ocorrido e lembrou que a audiência não era um julgamento, mas uma busca por soluções.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e Afins, Artur Bueno de Camargo, afirmou que acidentes em frigoríficos só vão diminuir quando a carga horária de 44 horas semanais for diminuída. Ele apresentou pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul mostrando que frio, umidade, intoxicação, choques e barulho estão entre os maiores problemas.

Paim faz ressalvas à previdência dos servidores públicos

O projeto de previdência complementar dos servidores federais (PLC 2/12) traz isonomia com os demais trabalhadores, disse ontem Paulo Paim.

No entanto, ele faz ressalvas ao texto. Uma é o fato de não haver previsão sobre o fundo que atenderá servidores do Ministério Público. Outra é a criação do Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários, que cobriria eventos não programáveis, aposentadorias especiais e o tempo de contribuição das mulheres, que é menor. Para o senador, não é justo que os participantes arquem com um custo que deveria ser de todos.

Audiência no TRT discute legislação trabalhista

Paulo Paim anunciou, na quarta-feira, a realização de audiência pública sobre a campanha nacional em defesa da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), do direito social e da previdência universal a todos os trabalhadores.

O parlamentar participará do encontro, que ocorre hoje, às 14h, no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Vários projetos na Câmara dos Deputados preveem alterações na CLT.



Cyro e Marta: melhorar remuneração das contas será prioridade

Subcomissão fará ciclo de debates sobre FGTS

Uma série de audiências públicas sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) será aberta na próxima quinta-feira, às 11h, com debate sobre a distribuição do resultado financeiro do fundo.

O evento deverá contar com a participação de três representantes do Conselho Curador do FGTS, sendo um dos trabalhadores, um dos

patrões e um do governo. O acerto foi feito ontem, durante reunião da Subcomissão Temporária do FGTS — vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O grande desafio da subcomissão, segundo a relatora, Marta Suplicy (PT-SP), é melhorar a remuneração das contas vinculadas sem elevar o custo dos empréstimos para

financiamento da casa própria. Outra preocupação é a garantia de sustentabilidade para a capitalização do fundo, objeto de 27 propostas em tramitação no Senado.

Presidida por Cyro Miranda (PSDB-GO), a subcomissão deverá realizar três audiências públicas mensais até outubro, para quando está prevista a entrega do relatório parcial.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Cyro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão aprova obrigatoriedade de sistema bivolt em eletrodomésticos

Todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de uso doméstico comercializados no Brasil terão que ter alimentação *bivolt* (127 e 220 volts). Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

De autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta (PLS 582/11) ainda será examinada pela Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), na qual receberá decisão final.

Na justificativa, Crivella disse que o projeto visa facilitar a vida do cidadão que se muda para uma cidade com padrão diferente do de seus aparelhos eletroeletrônicos. Em sua avaliação, é fácil o fabricante adotar solução definitiva para o problema.

O relator, Lobão Filho (PMDB-MA), concorda com o argumento.

— Efetivamente, é muito mais econômico e seguro o fabricante solucionar esse dilema, pois ele dispõe de todas as condições tecnológicas para oferecer ao consumidor equipamentos com tensão *bivolt*.

Lobão disse que o projeto não impõe ônus excessivo aos fabricantes, por não obrigar a troca de equipamentos antigos e prever prazo de 120 dias, contados da publicação da lei, para as adequações.



Para Lobão Filho, projeto não traz ônus excessivo aos fabricantes

Comissão de Infraestrutura vai discutir a situação das Centrais Elétricas do Pará

A Comissão de Serviços de Infraestrutura vai realizar audiência pública para discutir a situação financeira das Centrais Elétricas do Pará (Celpa). Requerimento com esse objetivo, de Delcídio do Amaral (PT-MS), foi aprovado ontem pela comissão.

— O assunto não é tão simples como dizem. Apenas se coloca a responsabilidade para o Grupo Rede. É uma situação complexa. A Eletrobras tem 34% da Celpa. Como deixaram chegar a essa situação, levando essas dificuldades e transtornos ao povo do Pará? — questionou Delcídio.

Na avaliação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a situação pode se estender a Mato

Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e a algumas cidades de São Paulo, onde o Grupo Rede atua. Para ele, o problema pode gerar uma calamidade caso não haja distribuição regular de energia.

Serão convidados para a audiência o governador do Pará, Simão Jatene; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hubner Moreira; os presidentes da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto; do Conselho de Administração do Grupo Rede, Jorge Queiroz de Moraes Junior; e do Sindicato dos Urbanitários do Pará, Ronaldo Romeiro.

A reunião poderá ser em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Adiada análise de indicação para a Agência de Transportes Terrestres

O governo pediu e a CI retirou da pauta de ontem a análise da recondução de Mário Rodrigues Júnior à diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Segundo o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), o Executivo “está reavaliando a ANTT”.

Na semana passada, o Plenário do Senado rejeitou o nome de Bernardo Figueiredo para novo mandato à frente da agência. A recusa a uma indicação pessoal da presidente Dilma Rousseff foi um dos motivos aponta-

dos para a substituição de Romero Jucá (PMDB-RR) por Eduardo Braga na liderança do governo.

Relator da proposição MSF 20/12, sobre a recondução de Mário Rodrigues, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) já havia apresentado parecer favorável. Vicentinho afirmou que o currículo do indicado demonstra que “a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional credenciam-no para o exercício do cargo”.

A nova data para exame da indicação ainda será definida pelas lideranças.



Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Blairo Maggi participam da reunião em que a Comissão de Infraestrutura aprovou o texto

Projeto beneficia inovação em economia de energia

Proposta de Ana Amélia, aprovada ontem em caráter terminativo, prevê que recursos coletados de empresas de distribuição de luz deverão ir para projetos de eficiência energética da indústria nacional

OS RECURSOS FINANCEIROS que as empresas de distribuição de energia elétrica destinam a programas de eficiência energética devem ser aplicados de forma prioritária em iniciativas da indústria nacional.

Projeto de lei com essa diretriz foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO). A proposta recebeu decisão terminativa (não precisará ir ao Plenário).

De autoria de Ana Amélia (PP-RS), o projeto aprovado

(PLS 430/11) altera a lei que trata dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor brasileiro de energia elétrica — 0,5% da receita operacional líquida.

No entanto, ressaltou Ana Amélia, apesar de determinar a destinação dos recursos a instituições nacionais de P&D, a lei não menciona a necessidade de aplicação no que se refere à eficiência energética. — Com isso, o poder público, acertadamente, estimula as entidades nacionais voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, mas desperdiça uma importante oportunidade de, dentro dos limites do possível, estimular igualmente a indústria brasileira — argumentou a senadora.

A proposta tenta garantir que projetos da indústria nacional recebam prioridade na concessão de financiamentos. Assim, observou Ana Amélia, criam-se empregos,

gera-se renda e incorporam-se tecnologias.

No parecer pela aprovação da matéria, o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), observou que a proposta não incentiva a abertura comercial; estimula, no entanto, a indústria brasileira no que se refere à inovação tecnológica.

Carta

Em discurso após a aprovação do projeto, Ana Amélia leu carta de um empresário brasileiro que tenta obter verbas para fabricar conector elétrico que evita fuga de energia, mas vem encontrando dificuldades.

Na carta, ele se queixa da inexistência de diretriz federal para esse tipo de investimento. Enquanto isso, explicou o empresário, os projetos só contemplam lâmpadas econômicas e outros produtos provenientes da China.

— O projeto vai reparar uma omissão, dar estímulo à indústria nacional num momento em que o Brasil sofre com a desindustrialização — disse a senadora.



Ana Amélia, autora do texto que trata de incentivo à eficiência energética

Cyro diz que Seconci busca bem-estar de trabalhador

Cyro Miranda (PSDB-GO) homenageou o Serviço Social da Indústria da Construção Civil (Seconci). A entidade, presente em diversos estados, presta assistência social e atendimento à saúde aos trabalhadores da construção civil.

Cyro Miranda disse que o objetivo dos empresários da construção civil vai além dos negócios. Segundo ele, alcança o bem-estar dos trabalhadores e da sociedade.

— O Seconci é uma porta aberta ao aprimoramento da qualidade de vida para os 3 milhões de empregados da construção civil — afirmou.



Cyro: mais qualidade de vida

Mozarildo pede investigação em obra de rodovia estadual

A demora na conclusão das obras da BR-174, rodovia que liga Roraima e o Amazonas à Venezuela, foi criticada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele afirmou que quase R\$ 1 bilhão foi investido, mas, até agora, o trecho de Roraima continua inacabado.

— É incompreensível que a rodovia seja fonte permanente de captação de recursos cada vez maiores e continue inconclusa.

Para Mozarildo, as obras merecem uma “profunda investigação policial”, já requerida por ele ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União.



Mozarildo Cavalcanti

Neste ano, campanha da Igreja Católica trata dos problemas da saúde pública no Brasil; a pedido de Ricardo Ferraço, Senado realizará nesta segunda-feira sessão especial sobre a iniciativa

Senado fará sessão sobre a Campanha da Fraternidade

COM O TEMA “Fraternidade e saúde pública” e o lema “Que a saúde se difunda sobre a terra”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promove até o final deste mês a Campanha da Fraternidade de 2012. Para marcar o fato, o Senado realizará, segunda-feira, sessão especial às 11h. A solenidade foi requerida pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

De acordo a CNBB, a campanha deste ano tem como objetivo “refletir sobre a realidade da saúde no Brasil em vista de uma vida saudável, suscitando o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção aos enfermos e a mobilização por melhorias no sistema público de saúde”.

Para Ferraço, a iniciativa da CNBB intensifica debate que ganhou destaque no ano passado com a discussão e a votação, no Congresso Nacional, da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define os percentuais



Ferraço diz que ação da CNBB chama a atenção para os problemas do SUS

mínimos a serem investidos em ações e serviços de saúde pelo poder público.

“A Igreja espera sensibilizar a população sobre os diversos problemas enfrentados pela saúde pública no país, como as longas filas para o atendimento, a demorada espera para a realização de exames, a falta de vagas nos hospitais públicos e a falta de medicamentos, mencionando

também a situação da saúde indígena, dos quilombolas e da população que vive nas regiões mais afastadas”, afirma Ferraço no requerimento.

A Campanha da Fraternidade está na 49ª edição e é realizada pela Igreja Católica no Brasil todos os anos, tendo como principal objetivo despertar a solidariedade das pessoas no que diz respeito a problemas concretos, buscando caminhos e apontando soluções.

Aberta em 22 de fevereiro, Quarta-Feira de Cinzas, a Campanha da Fraternidade acontece durante o período da Quaresma.

O papa Bento 16 enviou mensagem à CNBB dizendo esperar que a Campanha da Fraternidade de 2012 possa “inspirar no coração dos fiéis e das pessoas de boa vontade uma solidariedade cada vez mais profunda para com os enfermos, tantas vezes sofrendo mais pela solidão e abandono do que pela doença”.



Ao lado de bispos da CNBB, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (E), participa do lançamento da campanha deste ano

Wellington Dias elogia ensino a distância

Wellington Dias (PT-PI) saudou o uso do ensino a distância como forma de ampliar a reinserção social de dependentes químicos que estão em comunidades terapêuticas.

Ele participou, na Fundação Luz e Vida e na Fundação da Paz, em Teresina, de aula inaugural de ensino técnico para alunos dependentes químicos que abandonaram os estudos e terão cursos de até 800 horas em atividades presenciais e a distância.

— Muito me emocionou. Primeiro, pelas possibilidades da tecnologia que temos [para o tratamento de dependentes]. Segundo, pelo trabalho da comunidade terapêutica. Muitos que atuam nessa área são ex-dependentes.



Wellington Dias

Imagina um ex-dependente com a devida qualificação. Agora vão aprender gestão de negócios. O curso é voltado, por exemplo, à organização de eventos.

Lúcia Vânia pede ação contra morte materna

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu atenção para a mortalidade materna. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica o problema de “epidemia silenciosa”, que vitima 500 mil mulheres anualmente no planeta.

A senadora destacou como iniciativa de sucesso o Projeto Trevo de Quatro Folhas, desenvolvido pela prefeitura de Sobral (CE).

— É uma ideia simples e de baixo custo, que beneficiou milhares de crianças e mães na última década — disse.

Ela explicou que as protagonistas são as mães sociais, mulheres da comunidade treinadas por assistentes sociais, psicólogas e enfermeiras. As mães sociais percorrem as casas orientando as gestantes sobre aleitamento materno, higiene e cuidados com a saúde. Há dois anos não há registro de morte materna no município.



Lúcia Vânia

Lídice apela por ajuda a produtor nordestino vítima da estiagem

Lídice da Mata (PSB-BA) apelou ontem por providências do governo federal para auxiliar os estados do Nordeste, em especial a Bahia, a enfrentar a estiagem. Segundo disse, há locais em que a falta de chuvas completará um ano no fim de março.

Para ela, é necessário pensar no pequeno produtor, até perdendo as dívidas dos que já perderam a colheita do ano e que, sem chuva, nem sequer começaram a plantar. O Ministério da Integração, liberou R\$ 10 milhões para a Bahia.

— É preciso pensar em medidas maiores — defendeu.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal apoia projeto de modernização do Código do Consumidor

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou o anteprojeto de modernização do Código de Defesa do Consumidor (CDC), entregue anteontem por comissão de juristas ao Senado. O colegiado foi presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin. O parlamentar elogiou as propostas sobre comércio eletrônico, superendividamento das famílias e compras coletivas.

— São temas novos e não abrangidos pela nossa legislação em vigor. O comércio da internet, por exemplo, já movimentava R\$ 30 bilhões — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado deve debater mortes no campo, afirma Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) lamentou a violência no campo. Citando estatísticas da Comissão Pastoral da Terra, ele destacou que, em 2010, houve 1.200 conflitos no campo e aumento de 30% no número de assassinatos nas áreas rurais — de 26 mortos em 2009 para 34 em 2010. Para ele, o Senado tem obrigação de debater os casos para dar visibilidade às pessoas ameaçadas de morte por grileiros e madeireiros.

— Trinta dessas mortes em 2010 ocorreram em razão de conflitos de terra, duas em conflitos pela água e duas em conflitos trabalhistas. Além disso, foram registradas 55 tentativas — alertou.



Senador cita aumento de crimes

Capiberibe citou nomes de dezenas de vítimas mortas na luta pelo direito à terra, a maioria lideranças rurais executadas a mando de madeireiros. Uma delas ocorreu em Itaituba (PA), em outubro, mesma região onde 15 mortes foram registradas nos últimos dois anos e onde foi assassinada a missionária Dorothy Stang, em 2005.

Cristovam defende alterações no Plano Nacional de Educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou de “tímido” o segundo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise pela Câmara, por não contemplar exigências do mundo moderno. Cristovam defendeu alterações no texto, ressaltando que este é o momento de constituir sistema nacional de conhecimento, e não apenas discutir quanto vai ser investido.

— Não dá para trabalhar de forma isolada. Tem que saber como a educação de base vai se relacionar com crianças quando elas nascem, bem antes de iniciar o processo escolar — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cássio Cunha Lima comemora os 46 anos de universidade

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) comemorou os 46 anos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), celebrados ontem. Ele registrou que a entidade surgiu em Campina Grande, em 1966, com o nome de Universidade Regional do Nordeste, por iniciativa do economista Edvaldo do Ó.

— Quando olhamos para a universidade hoje, é outra realidade. Trago felicitações a todos que fazem e fizeram a UEPB — disse.

Em 1987, a UEPB foi estadualizada. Cássio recordou que, quando governador, assinou lei que dotou a entidade de autonomia universitária.



Waldemir Barreto/Agência Senado